



Número: **0826692-95.2020.8.18.0140**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível da Comarca de Teresina**

Última distribuição : **17/11/2020**

Valor da causa: **R\$ 18.000,00**

Assuntos: **Compromisso**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
WILSON LIMA PEREIRA (AUTOR)		VICTOR HUGO LEAL SILVA (ADVOGADO)	
99 TAXIS DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARES LTDA. (REU)		GUILHERME KASCHNY BASTIAN (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
13174388	17/11/2020 15:32	<a href="#">1. PETIÇÃO INICIAL.</a>	Petição

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA \_ VARA CÍVEL DA  
COMARCA DE TERESINA-PI.**

**WILSON LIMA PEREIRA**, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 952.196.843-53, portador do RG nº 2.211.941, residente e domiciliado no Conjunto Residencial Jacinta Andrade, Qd 35, C – J, Santa Maria da Codipe, CEP: 64.013-488., Teresina-PI, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência propor, nos termos do Art. 319 do NCPC, a presente:

**AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C TUTELA DE URGÊNCIA**  
**CUMULADA COM PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E**  
**MATERIAIS LUCROS CESSANTES.**

Em desfavor de **99 TECNOLOGIA LTDA**, sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ: **18.033.552/0001-61**, com endereço na rua Sansão Alves dos Santos, 400, andar 3, andar 4, andar 5, andar 6, andar 7, bairro cidade Moncoes, São Paulo - SP, CEP: 04.571-090, pelos seguintes motivos de fato, fundamentos e razões de direito a seguir expostos:

**1. DOS FATOS.**

É conhecida a forte crise financeira que assola a realidade nacional, deixando milhões de brasileiros em situação de desemprego, dentre eles o autor, o qual viu no aplicativo de transporte **99 táxi**, ora requerida, uma oportunidade para mudar a sua realidade de vida e de sua família.

Destarte, em meados do ano de 2019 o autor realizou solicitação de cadastro na empresa de aplicativos requerida, a fim de que fosse aceito para trabalhar

---

VICTOR HUGO LEAL SILVA – ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA.  
OAB/PI Nº 15.699  
Rua Herculândia, 21, Vale Quem Tem/Planalto Uruguai, Teresina/PI.  
(86) 98893-8034/ Insta: @vhugoadv / E-mail: vhugolealadv@gmail.com



no transporte de pessoas pelo e para o referido aplicativo, vindo a ser aceito, eis que cumpriu todas as exigências feitas, passando a exercer o labor **COM TODO O ZELO E DETERMINAÇÃO EXIGIDA**.

Prova disso, é que o cadastro do autor em pouco mais de um ano conta com incríveis mais de 5.000 passageiros, ao passo que conta com **uma nota de excelência dada pela própria requerida, qual seja, 4,82**, de modo que o máximo é 5,0. Inclusive o **cadastro do autor conta com mensagens de “PARABÉNS” pelo excelente número de viagens e de passageiros transportados com segurança**, conforme documento anexo, e que resta acostada abaixo para fins de melhor compreensão por Vossa Excelência:



Nota-se, que resta inclusive no cadastro do autor a informação **de PARABÉNS E EXCELENTE NOTA DE TAXA DE DESEMPENHO EM 87%**. Impende apontar que na medida que o motorista de aplicativo vai se destacando como um excelente profissional, **o próprio aplicativo vai oferecendo maiores e melhores corridas para ele, razão pela qual se justifica o imenso número de corridas desempenhadas pelo autor**.

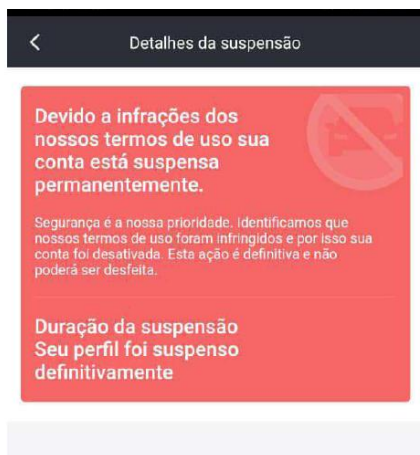
Assim, a **EXCELENÇA** de profissionalidade do autor fica ainda mais evidente através das próprias avaliações feitas pela própria requerida no seu sistema, sobretudo **no que tange ao atendimento excelente:**

---

VICTOR HUGO LEAL SILVA – ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA.  
OAB/PI Nº 15.699  
Rua Herculanã, 21, Vale Quem Tem/Planalto Uruguai, Teresina/PI.  
(86) 98893-8034/ Insta: @vhugoadv / E-mail: vhugolealadv@gmail.com



Ocorre, Excelência, que apesar disso tudo, e de forma totalmente **ARBITRÁRIA e INJUSTIFICADA**, em 06 de outubro de 2020 a 99 POP TÁXI, ora requerida, por volta das 21/21:30, emitiu mensagem informando ao autor que “ *sua conta está suspensa definitivamente*”, vindo a **SUSPENDER PERMANENTEMENTE** o seu cadastro, sem **SEQUER INFORMAR AS RAZÕES QUE MOTIVARAM A DITA SUSPENSÃO E SEM OFERECER DIREITO DO AUTOR MANIFESTAR-SE:**



---

VICTOR HUGO LEAL SILVA – ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA.  
OAB/PI Nº 15.699  
Rua Herculândia, 21, Vale Quem Tem/Planalto Uruguai, Teresina/PI.  
(86) 98893-8034/ Insta: @vhugoadv / E-mail: vhugolealadv@gmail.com



Verifica-se que na aba do cadastro onde deveriam constar os detalhes da suspensão, **não há nenhuma informação sobre os motivos.**

ORA, Excelência, o autor foi imediatamente tomado pelo DESESPERO, visto que soube da suspensão de forma repentina e através da referida mensagem, e quando abriu o aplicativo novamente para trabalhar viu que estava impedido, **sem saber sequer os motivos**, e como dito, sempre foi profissional de destaque junto ao aplicativo e aos usuários, conforme faz prova documentos anexos.

Imediatamente, entrou em contato através de ligação buscando saber informações, o que também restou infrutífero ante o descaso da requerida que se limitou a informar “*que eram circunstâncias ocasionadas pelo sistema*”.

As provas colacionadas aos autos, sobretudo o cadastro do autor junto à requerida, comprovam que **NÃO** existem fundamentos para suspender sua conta. O autor suporta diariamente o sentimento de desespero e **principalmente de injustiça**, haja vista que sempre se dedicou, **gerando inclusive muito lucro para a requerida**, e de uma hora para outra se vê totalmente abandonado, impedido de trabalhar, sem sequer ter conhecimento sobre o porquê do ocorrido.

Como já supracitado, o autor nunca deu motivos para sofrer qualquer tipo de penalidade. Pelo contrário, além da já demonstrada excelência no seu cadastro, sempre se reportou à 99, ora requerida, para informar qualquer tipo de transtorno desencadeado por algum usuário, justamente com o fito de evitar prejuízos tanto a ele quanto ao aplicativo da empresa requerida.

Deste modo, ainda que houvesse motivos para alguma penalidade por algo cometido pelo autor, jamais poderia ocorrer sem a devida intimação, ou o direito do mesmo se defender. Ora, excelência, **o autor continua sem saber o porquê da sua punição**, haja vista que sempre trabalhou com o zelo devido, conforme atestado pela própria requerida. Assim, **RESTA AINDA MAIS EVIDENTE A INJUSTIÇA SUPORTADA PELO AUTOR, E PRATICADA PELA REQUERIDA.**

---

VICTOR HUGO LEAL SILVA – ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA.  
OAB/PI Nº 15.699  
Rua Herculanã, 21, Vale Quem Tem/Planalto Uruguai, Teresina/PI.  
(86) 98893-8034/ Insta: @vhugoadv / E-mail: vhugolealadv@gmail.com



O Autor encontra-se passando dificuldades, eis que provia o sustento de si e da sua família através dos rendimentos obtidos pelos serviços prestados para a requerida, para quem trabalhava de domingo a domingo, e em média 17 horas por dia, recebendo mensalmente um média de R\$ 8.000,00 por mês.

Diante de tudo o exposto, Nobre Julgador, resta evidente que é totalmente arbitrária a atitude da requerida de descredenciar o autor e impossibilitá-lo de continuar prestando os serviços, uma vez que **primeiro** o mesmo não sabe sequer o motivo do desligamento; **segundo** porque foi suspenso de imediato sem nenhum tipo de informação prévia ou contraditório, e mesmo este procurando reiteradas vezes algum tipo de informação, foi desprezado.

De já cabe apontar que não obstante o princípio da liberdade contratual reza o direito das partes de contratarem e findarem algum tipo de vínculo, **não se pode olvidar do princípio da boa-fé objetiva tanto no ato da negociação, quanto durante ou depois do pacto.**

Nesta baliza, o motorista de aplicativo ao contratar com a 99 táxi, ora requerida, adere um contrato de adesão, no qual vê-se obrigado a assumir todos os direitos e deveres por ela imposta, assim como a empresa também assume o mesmo ônus, devendo ambas as partes prezarem pela boa – fé na execução do pacto.

Assim, a atitude praticada pela requerida, vindo a prejudicar um motorista tão bem requisitado como o autor, da forma como foi, de maneira totalmente arbitrária e injusta, **deve ser compelida a restabelecer o status anterior da relação contratual, além de arcar com as indenizações devidas.**

No presente momento, o **autor vive tomado pelo sentimento de desespero, uma vez que A ÚNICA FONTE DE RENDA** provinha **exclusivamente** do seu trabalho para a 99, ora requerida, quem por contrapartida também lucrava muito com seu labor.



A lei, princípios, e de modo especial a jurisprudência, **sobretudo local**, reconhece o direito dos motoristas de terem seus cadastros restabelecidos junto a 99 táxi, quando demonstrada suspensão arbitrária e injusta praticada por esta, **o que se vislumbra facilmente no caso dos autos**.

Em processo semelhante que tramita na 1º Vara Cível da Comarca de Teresina, sob os autos eletrônicos 0800904-79.2020.8.18.0140, o Excelentíssimo juiz **Francisco João Damasceno** reconheceu **em sede de liminar o direito de motorista indevidamente suspenso ter seu cadastro restabelecido**, eis que demonstrados os requisitos para tal, o **que também é o caso dos autos**, conforme faz prova toda documentação anexa.

Ademais, em outro processo similar, de nº 0752314-06.2020.8.18.0000, a 3º Câmara Especializada Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, condenou liminarmente outra empresa de aplicativo de transportes a restabelecer o cadastro de motorista suspenso de forma arbitrária. Não são poucos, os julgamentos neste sentido deste egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Piauí. Destaca-se que as decisões mencionadas restam acostadas, a fim de melhor compreensão.

Assim, por este motivo o autor busca socorro a estas vias jurisdicionais a fim de que possa ver a justiça garantida.

## **2. DO DIREITO.**

**2.1 DESLIGAMENTO ARBITRÁRIO PRATICADO PELA EMPRESA REQUERIDA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTO JUSTO PARA SUSPENSÃO IMPOSTA. AUSÊNCIA DE DIREITO DE DEFESA. AUSÊNCIA DE BOA-FÉ OBJETIVA PRATICADA PELA 99 - TÁXI.**

Segundo dispõe o **Código Civil Brasileiro**:

---

VICTOR HUGO LEAL SILVA – ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA.  
OAB/PI Nº 15.699  
Rua Herculândia, 21, Vale Quem Tem/Planalto Uruguai, Teresina/PI.  
(86) 98893-8034/ Insta: @vhugoadv / E-mail: vhugolealadv@gmail.com



**“Art. 422. Os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé.**

**Art. 113. Os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração.**

§ 1º A interpretação do negócio jurídico deve lhe atribuir o Sentido que:

I - for confirmado pelo comportamento das partes posterior à celebração do negócio;

II - corresponder aos usos, costumes e práticas do mercado relativas ao tipo de negócio;

III - **corresponder à boa-fé;**

**IV - for mais benéfico à parte que não redigiu o dispositivo, se identificável;**

V - corresponder a qual seria a razoável negociação das partes sobre a questão discutida, inferida das demais disposições do negócio e da racionalidade econômica das partes, consideradas as informações disponíveis no momento de sua celebração.”

**Grifo nosso**

Nesta baliza, sobre o princípio da boa-fé doutrina Maria Helena Diniz :

“(…) na interpretação do contrato, é preciso ater-se mais a intenção do que o sentido literal da linguagem, e, em prol do interesse social de segurança das relações jurídicas, **as partes deverão agir com lealdade e confiança recíprocas, auxiliando-se mutuamente na formação e na execução do contrato.** Daí está ligado ao princípio da probidade.

É incontestável, a ausência de boa-fé praticada pela requerida 99. Não há fundamentos plausíveis, para suspender da maneira como se sucedeu, o cadastro do autor.

Um sentimento de indignação, de revolta, chateação, toma de conta do autor, o qual sempre se dedicou com o maior zelo possível. O que torna ainda mais injustificável, é que a própria requerida reconhece a **QUALIDADE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS** do autor, o qual antes de ser suspenso apresentava uma avaliação EXCELENTE.

---

VICTOR HUGO LEAL SILVA – ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA.

OAB/PI Nº 15.699

Rua Herculândia, 21, Vale Quem Tem/Planalto Uruguai, Teresina/PI.

(86) 98893-8034/ Insta: @vhugoadv / E-mail: vhugolealadv@gmail.com





A veracidade da qualidade da prestação de serviços do autor é legitimada pela própria requerida, materializado inclusive em elogios pelo alto índice de aceitabilidade e transporte de usuários com segurança. Por tudo isso, resta mais do que claro, o cumprimento contratual com excelência por parte do autor, o qual sempre cumpriu com as exigências feitas no código de conduta da requerida, e que tudo isso **BENEFICIA SOBRETUDO à própria requerida**, tanto **que mesmo com o cadastro suspenso credencia ao autor uma NOTA EXCELENTE**.

Em contrapartida, a **99 ROMPEU COM TODOS OS LIMITES POSSÍVEIS DA BOA – FÉ OBJETIVA**, eis que suspendeu permanentemente o autor perante sua plataforma sem oferecer qualquer tipo de informação prévia, sem fundamentos nenhum, sem oferecer possibilidade de defesa, e de forma imediata, mesmo com todas as qualidades conquistadas e demonstradas que qualificam o autor.

Resta evidente que é totalmente arbitrária a atitude da requerida de descredenciar o autor e impossibilitá-lo de continuar prestando os serviços, uma vez que **primeiro** o mesmo não sabe sequer o motivo do desligamento; **segundo** porque foi suspenso de imediato sem nenhum tipo de informação prévia ou contraditório, e mesmo este procurando reiteradas vezes algum tipo de informação, foi desprezado.

Portanto, é neste ponto da boa-fé objetiva que as partes deveriam agir reciprocamente, com os mesmos parâmetros morais de lealdade e de comportamento honesto, **o que não aconteceu por parte da Requerida**.

Importante deixar claro, que não está se colocando de lado o Princípio da Liberdade Contratual, contudo é consabido que tal liberdade é mitigada pelo dever das partes de respeitarem a boa-fé, o **que no caso dos autos não houve por parte da 99**, principalmente pelo fato de ser ela mesma quem estabelece as regras da relação contratual através de um contrato de adesão, e ser justamente a parte quem viola o que foi estabelecido por si mesma, faltando sobretudo com o exemplo que deveria dar. **Assim, resta ainda mais cristalino, que a 99 extrapola todos os limites da razoabilidade**.

**Restou ausente também uma atuação com zelo por parte da demandada**, haja vista deter por obrigação cuidar da manutenção do aplicativo e agir com razoabilidade e boa-fé com o motorista. Desta forma, **expulsar um excelente**

VICTOR HUGO LEAL SILVA – ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA.

OAB/PI Nº 15.699

Rua Herculanã, 21, Vale Quem Tem/Planalto Uruguai, Teresina/PI.

(86) 98893-8034/ Insta: @vhugoadv / E-mail: vhugolealadv@gmail.com



**motorista sem qualquer embasamento, é evidentemente uma atuação fora dos padrões esperados da referida relação contratual.**

Com base nisso, a lei, princípios, e **sobretudo a jurisprudência nacional**, tem reconhecido o direito de motoristas de aplicativos suspensos injustamente de **terem seus cadastros restabelecidos. IN LITTERIS:**

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO ORDINÁRIA. **DESLIGAMENTO DE MOTORISTA DA PLATAFORMA UBER DE FORMA SUMÁRIA. CERCEAMENTO DE DEFESA. VIOLAÇÃO AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. DENÚNCIA INSUBSISTENTE E DESPROVIDA DE COMPROVAÇÃO A ENSEJAR A EXCLUSÃO SUMÁRIA. MOTORISTA QUE APRESENTAVA CONCEITUAÇÃO VIP E BOA AVALIAÇÃO. BOA-FÉ. REINCLUSÃO DO MOTORISTA NO APLICATIVO.** PRECEDENTE. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. (Processo: AGRAVO DE INSTRUMENTO - 0803582-79.2019.8.20.0000. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL. 22/10/2019).

“AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. **AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER.** SERVIÇO DE INTERMEDIÇÃO DIGITAL. UBER. ENCERRAMENTO DE CONTA DE MOTORISTA. MOTIVAÇÃO PARA A DESATIVAÇÃO DA CONTA - AUSÊNCIA DE COINCIDÊNCIA ENTRE A FOTO DE PERFIL ADICIONADA COM A CONSTANTE NA CARTEIRA DE HABILITAÇÃO - NÃO COMPROVADA NOS AUTOS. **INEXISTÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA O ROMPIMENTO UNILATERAL DO AJUSTE.** HIPÓTESE, AINDA, EM QUE NÃO RESTOU DEMONSTRADO TER HAVIDO NOTIFICAÇÃO PARA O CANCELAMENTO DA CONTA. **NECESSIDADE DE SUBMETTER O PROCESSO AO CRIVO DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA, COM A PRODUÇÃO DE PROVA, PARA A FORMAÇÃO DE CONVENCIMENTO MAIS SEGURO A RESPEITO DO DIREITO DE AMBAS AS PARTES. MANUTENÇÃO DA AUTORA NO CADASTRO DA PLATAFORMA ATÉ O JULGAMENTO FINAL DA LIDE. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO À EMPRESA DEMANDADA.** NEGARAM PROVIMENTO. UNÂNIME. (Agravado de Instrumento, Nº 70073400228, Décima Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Pedro Celso Dal Pra, Julgado em: 29-06-2017).

**“Em regra, diante da autonomia privada, ninguém é obrigado a contratar ou a se manter vinculado a determinada relação contratual, mas sempre se impõe a observância da boa-fé objetiva (v. artigo 422 do Código Civil) especialmente quando se trata de providência tão grave quanto a de afastar um indivíduo de suas atividades econômicas. Ninguém (ou quase ninguém) se cadastra em aplicativos dessa espécie por simples hobby; a adesão decorre, em geral, da necessidade de receber a contraprestação destinada ao sustento. Com efeito, a ré desempenha uma atividade que cria legítimas expectativas, e não apenas nos consumidores ou usuários, mas também nos motoristas cadastrados; tem, portanto, de agir de forma condizente com a importante função social que**

---

VICTOR HUGO LEAL SILVA – ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA.

OAB/PI Nº 15.699

Rua Herculândia, 21, Vale Quem Tem/Planalto Uruguai, Teresina/PI.

(86) 98893-8034/ Insta: @vhugoadv / E-mail: vhgolealadv@gmail.com



**passou a desempenhar desde seu ingresso no mercado. É possível, sim, que, por justa causa, certo motorista seja excluído da plataforma, com a condição de que lhe seja franqueado o exercício do direito de defesa, mesmo que de maneira informal, simplificada. São inaceitáveis atitudes bruscas, desprovidas de razoabilidade, causadoras de surpresa. Ainda que a boa-fé objetiva não se encontrasse positivada como cláusula geral, reafirma-se a tese, hoje tão decantada, da eficácia horizontal dos direitos fundamentais: têm os particulares, assim como o Estado, o dever de respeitar os direitos e garantias previstos na Constituição da República, dentre as quais se encontra o devido processo legal.** Foi o que já decidiu o Supremo Tribunal Federal, em precedente histórico, cuja ratio decidendi, dada a perfeita simetria entre as situações, se aplica à presente controvérsia: As violações a direitos fundamentais não ocorrem somente no âmbito das relações entre o cidadão e o Estado, mas igualmente nas relações travadas entre pessoas físicas e jurídicas de direito privado. Assim, os direitos fundamentais assegurados pela Constituição vinculam diretamente não apenas os poderes públicos, estando direcionados também à proteção dos particulares em face dos poderes privados. [...] A autonomia privada, que encontra claras limitações de ordem jurídica, não pode ser exercida em detrimento ou com desrespeito aos direitos e garantias de terceiros, especialmente aqueles positivados em sede constitucional, pois a autonomia da vontade não confere aos particulares, no domínio de sua incidência e atuação, o poder de transgredir ou de ignorar as restrições postas e definidas pela própria Constituição, cuja eficácia e força normativa também se impõem, aos particulares, no âmbito de suas relações privadas, em tema de liberdades fundamentais. [...] O caráter público da atividade exercida pela sociedade e a dependência do vínculo associativo para o exercício profissional de seus sócios legitimam, no caso concreto, a aplicação direta dos direitos fundamentais concernentes ao devido processo legal, ao contraditório e à ampla defesa (art. 5.º, LIV e LV, CF/88).1 Conclui-se, pois, que tem razão o autor, no tocante à sua sumária exclusão do aplicativo. Ao que tudo indica, trata-se de de motorista exemplar, a ponto de ostentar elevado número de avaliações positivas por parte dos usuários (fato incontroverso).”

Diante do exposto, resta **devido o direito do autor de ter seu cadastro junto a 99 restabelecido, obrigação que deverá ser imposta à referida requerida.**

## **2.2. DA OBRIGAÇÃO DE FAZER EM RESTABELECER O CADASTRO DO AUTOR JUNTO A UBER. E DA TUTELA ANTECIPADA DE URGÊNCIA.**

Conforme fundamentação supra, resta devido o direito do autor de ter seu cadastro restabelecido junto a plataforma eletrônica da 99, o que possibilitaria o reingresso no transporte de pessoas para e pela referida requerida.



Quanto a obrigação de fazer, preleciona o artigo 497 do Código de Processo Civil:

*Art. 497. Na ação que tenha por objeto a **prestação de fazer** ou de não fazer, o juiz, se procedente o pedido, **concederá a tutela específica ou determinará providências que assegurem a obtenção de tutela pelo resultado prático equivalente.***

*Parágrafo único. Para a concessão da tutela específica destinada a inibir a prática, a reiteração ou a continuação de um ilícito, ou a sua remoção, é irrelevante a demonstração da ocorrência de dano ou da existência de culpa ou dolo.*

O Novo Código de Processo Civil dispõe no livro V, da parte geral, Art. 300, sobre a tutela provisória **de urgência**. Segundo o referido dispositivo, tal tutela será deferida quando demonstrados elementos que comprovam **a probabilidade do direito e o perigo do dano**. Senão vejamos:

#### CPC

Art.300. **A tutela de urgência** será concedida quando houver elementos que evidenciem a **probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo**.

O **FUMUS BONI IURIS** ou probabilidade do direito **DA OBRIGAÇÃO DE FAZER** é evidente no caso em apreço, uma vez que toda situação fática supracitada e **PRINCIPALMENTE todos os documentos acostados** fazem prova do direito do autor de ter seu cadastro eletrônico imediatamente restabelecido e por consequência voltar a fazer o transporte de pessoas. **Portanto, satisfeito o primeiro requisito.**

Passa-se a análise **do perigo do dano e do resultado útil do processo**. Nobre Julgador, o autor e sua família vive **EXCLUSIVAMENTE** dos proventos obtidos



pelos serviços prestados à 99, o que por consequência, o fato de estar **SUSPENSO E IMPOSSIBILITADO** de trabalhar pela requerida, são fatores que abalam sistematicamente o seu orçamento financeiro, ou melhor, que o coloca juntamente com sua família em situação de **EXTREMA MISERABILIDADE**.

**Deste modo, quanto mais a demora na determinação em face da instituição ré de ser compelida na obrigação de fazer em restabelecer o cadastro do autor e permitir o seu trabalho transportando pessoas, maior será o sofrimento, pois se encontra impossibilitado de produzir verba alimentar. Demonstrada, portanto, o requisito da URGÊNCIA**

Impende apontar que ao contrário do que previa a redação do artigo 273 do antigo CPC/2013, na qual o juiz “poderia” a requerimento das partes antecipar os efeitos da tutela, **a atual legislação obriga tal medida, obviamente, se cumpridos os requisitos necessários. Vejamos o paralelo na redação dos dispositivos dos referidos diplomas:**

**Art. 273. CPC/73.** O juiz **poderá**, a requerimento da parte, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, desde que, existindo prova inequívoca, se convença da verossimilhança da alegação;

[...]

**Art.300. NCPC.** A tutela de urgência **será** concedida quando houver elementos que evidenciem a **probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.**

Ademais, resta existente precedente em processo que tramita na 1º Vara Cível da Comarca de Teresina, sob os autos eletrônicos 0800904-79.2020.8.18.0140, decisão do Excelentíssimo juiz **Francisco João Damasceno** que reconheceu **em sede de liminar o direito de motorista indevidamente suspenso ter seu cadastro restabelecido**, eis que demonstrados os requisitos para tal, o **que também é o caso**

---

VICTOR HUGO LEAL SILVA – ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA.  
OAB/PI Nº 15.699  
Rua Herculândia, 21, Vale Quem Tem/Planalto Uruguai, Teresina/PI.  
(86) 98893-8034/ Insta: @vhugoadv / E-mail: vhugolealadv@gmail.com



**dos autos**, conforme faz prova toda documentação anexa. Além de outros julgados, como o da 3ª Câmara Especializada Cível, materializado nos autos do Agravo de Instrumento 0752314-06.2020.8.18.0000.

Desta feita, requer-se a **CONCESSÃO DA TUTELA DE URGÊNCIA**, em caráter de **LIMINAR**, no sentido de determinar **que a empresa requerida, ora, 99, seja compelida NA OBRIGAÇÃO DE FAZER DE RESTABELECER IMEDIATAMENTE O CADASTRO DO AUTOR, E POR CONSEQUÊNCIA, TOMAR TODAS AS MEDIDAS A FIM DE EFETIVAR O DIREITO DESTE DE RETORNAR A PRESTAR SERVIÇOS TRANSPORTANDO PESSOAS DE ACORDO COM AS DIRETRIZES DO APLICATIVO E COM A INCLUSÃO/MANUTENÇÃO DE TODAS AS AVALIAÇÕES E DEMAIS BENESSES EXISTENTES EM SEU CADASTRO NA DATA DO DESLIGAMENTO**, nos termos da fundamentação supra.

### **2.3. DA INDENIZAÇÃO PELOS DANOS MORAIS**

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu artigo 5º, V e X, preceitua a possibilidade de indenização por danos morais, o que faz nos seguintes termos, *ex vi*:

#### **Art. 5º. *Omissis***

(...)

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da **indenização por dano material, moral** ou à imagem;

(...)

X - **são invioláveis** a intimidade, a vida privada, a **honra e a imagem das pessoas**, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.



Nesse mesmo sentido, como já dito alhures, disciplina o Código Civil de 2002, conforme dispõem os seus artigos 186, 187 e 927, abaixo transcritos:

**Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.**

**Art. 187. Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.**

**Art. 927. Aquele que, por ato ilícito, causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.**

O Ilustre Jurista CLÓVIS BEVILÁQUA nos diz que “o dano é, em sentido amplo, toda a diminuição nos bens jurídicos da pessoa. (...) Se recai esta diminuição diretamente sobre o patrimônio, o dano é patrimonial; se fere o lado íntimo da personalidade, é moral.

Ressalte-se que a Lei e a Doutrina nacionais afirmam em linhas gerais, que a condenação em dinheiro serve como uma compensação financeira aos prejuízos, dores e sofrimentos experimentados pela vítima, tendo esta condenação um caráter punitivo ao lesante - caso contrário, não se procedendo desta forma, poder-se-ia beneficiar o responsável pelo dano e sancionar-se o seu enriquecimento ilícito.

*IN CASU*, é **evidente os danos morais experimentados pelo autor**, de modo que, foram muitos os transtornos experimentados desde que constatou a suspensão **ARBITRÁRIA E INJUSTA imposta pela 99**.

Portanto, restam cumpridos os requisitos da responsabilidade civil: o **ATO ILÍCITO** do ofensor está presente no ato praticado, qual seja, a suspensão arbitrária e injusta praticada imposta ao autor pela 99, o; o **DANO** se verifica no sofrimento suportado pelo autor, o qual, encontra-se sem renda nenhuma; e por fim o





**NEXO CAUSAL é evidente, eis que o sofrimento foi decorrente do ato praticado pela requerida.**

Referente ao valor do dano diante da previsão contida no **artigo 292, inciso V, do CPC** tem-se que o valor do dano moral ser arbitrado no bojo da petição inicial. *IN LITTERIS*:

Art. 292. O valor da causa constará da petição inicial ou da reconvenção e será:

V - na ação indenizatória, inclusive a fundada em dano moral, o valor pretendido;

No Direito brasileiro, o dano é da vítima e se mede no universo desta (Art. 948 do atual Código Civil). Já a indenização fixada com fundamento no desestímulo **se mede pela capacidade financeira do agressor, o nível econômico e intelectual do ofendido e sua percepção sobre o dano sofrido**, obedecendo a princípios que tenham por referência os reflexos danosos sofridos pela vítima. Esse é o alicerce da teoria da reparação dos danos no nosso sistema.

Ensina HUMBERTO THEODORO JUNIOR (*in*, Dano Moral, 2ª edição, Editora Juarez de Oliveira, p.44) que:

(...) para aproximar-se do arbitramento que seja prudente e equitativo, a orientação maciça da jurisprudência, apoiada na melhor doutrina, exige que o arbitramento judicial seja feito a partir de dois dados relevantes: **a) o nível econômico do ofendido; e b) o porte econômico do ofensor.**

**DITO ISTO** se limita o valor da justa e necessária condenação da reclamada em danos morais no importe de **R\$ 10.000,00 (dez mil reais)**.

Diante do exposto, **requer-se a condenação da requerida ao pagamento de indenização no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por danos morais causados ao autor**, nos termos da fundamentação supra.





#### **2.4. INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS. LUCROS CESSANTES.**

Como é consabido, “as perdas e danos devidos ao credor abrangem, além do que ele efetivamente perdeu, o **que razoavelmente deixou de lucrar**”.

Neste sentido, leciona a doutrina de Sergio Cavalieri Filho (2010, p.75) :

*Perda do dano esperável, na frustração da expectativa de lucro, na diminuição potencial do patrimônio da vítima. Pode decorrer não só da paralização da atividade lucrativa ou produtiva da vítima, **como por exemplo a cessação dos rendimentos que alguém já vinha obtendo da sua profissão, como também, da frustração daquilo que era razoavelmente esperado.***  
(griso nosso).

Consoante se depreende do anexo do cadastro do autor, que serve de balanço financeiro, o **mesmo conta com mais de 5 mil corridas em um período um pouco superior a um 1 ano de trabalho**. Arredondando para fins de melhor facilitar a média aproximada, equivale a **uma média de aproximadamente 416 corridas por mês, perfazendo uma renda mensal de aproximadamente R\$ 8.000,00 (oito mil reais).**

Assim, não há como negar os valores que o autor vem deixando de receber em virtude da suspensão arbitrária do seu cadastro, o que o impede de trabalhar.

Diante do exposto, requer-se a condenação da requerida a pagar ao autor, a título de danos materiais e lucros cessantes o valor de R\$ 8.000,00 mensais contados da data da suspensão do seu cadastro (06 de outubro de 2020) até o efetivo cumprimento da obrigação de fazer em restabelecer a sua conta, o que lhe possibilitaria reingressar na sua prestação de serviços de transporte de passageiros pela plataforma da requerida, acrescidos de juros e correção monetária;

#### **2.5. DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA.**



O artigo 133 da Constituição Federal, norma cogente, de interesse público, das partes e jurisdicional, tornou o advogado indispensável à administração da Justiça, revogando o “JUS POSTULANDI” das partes.

Sendo necessária a presença do profissional em Juízo, nada mais justo e coerente do que o deferimento de honorários advocatícios por força do princípio da sucumbência, consagrado no art. 85 do CPC.

**Estabelece o art. 85 do CPC/2016** que a sentença condenará o vencido ao pagamento de honorários ao advogado da parte vencedora, fixados **entre dez e vinte por cento do valor da condenação. In litteris:**

**Art. 85.** A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor.

§ 1º São devidos honorários advocatícios na reconvenção, no cumprimento de sentença, provisório ou definitivo, na execução, resistida ou não, e nos recursos interpostos, cumulativamente.

§ 2º Os honorários serão fixados entre o mínimo **de dez e o máximo de vinte por cento** sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa, atendidos:

I - o grau de zelo do profissional;

II - o lugar de prestação do serviço;

III - a natureza e a importância da causa;

IV - o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.

[...]



Ante ao exposto, requer a condenação da empresa requerida ao pagamento dos honorários advocatícios sucumbenciais, na proporção de **20% sobre o valor total da condenação**.

## **2.6. DA JUSTIÇA GRATUITA**

O autor não está em condições de eventualmente ter que pagar custas processuais e honorárias advocatícios sem prejudicar seu sustento, uma vez que em razão de se **encontrar impossibilitado de trabalhar pela 99**, e não possuir nenhuma outra atividade profissional, **NÃO POSSUI RENDA NENHUMA**.

Assim, requer desde já, que lhe sejam concedidos os benefícios da justiça gratuita, nos termos da lei 1.060/50, sob o risco de obstaculizar o direito constitucional de acesso à justiça.

## **3. DOS PEDIDOS.**

Em razão do exposto, requer-se a Vossa Excelência:

- A) A antecipação dos efeitos da tutela provisória de urgência**, no sentido de determinar, em caráter de **LIMINAR**, que a empresa requerida, ora, 99, seja compelida **NA OBRIGAÇÃO DE FAZER DE RESTABELECER IMEDIATAMENTE O CADASTRO DO AUTOR, E POR CONSEQUÊNCIA, TOMAR TODAS AS MEDIDAS A FIM DE EFETIVAR O DIREITO DESTE DE RETORNAR A PRESTAR SERVIÇOS TRANSPORTANDO PESSOAS DE ACORDO COM AS DIRETRIZES DO APLICATIVO E COM A INCLUSÃO/MANUTENÇÃO DE TODAS AS AVALIAÇÕES E DEMAIS BENESSES EXISTENTES EM SEU CADASTRO NA DATA DO DESLIGAMENTO**, sob pena diária de multa em caso de descumprimento, nos termos da fundamentação supra que passa a integrar o presente pedido.



**(B) por consequência, que seja determinado a expedição do mandado para cumprimento da concessão da Tutela Antecipada de Urgência;**

**(C)** A citação do réu, na pessoa de seus representantes, para, querendo, comparecer as audiências a serem designadas por este juízo e apresentar defesa, sob pena de decretação de revelia e aplicação de pena de confissão;

**(D) a condenação da empresa requerida ao pagamento de indenização no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por danos morais causados ao autor,** nos termos da fundamentação supra que passa a integrar o presente pedido.

**(E)** a condenação da requerida a pagar ao autor, a título de danos materiais e lucros cessantes, o valor de R\$ 8.000,00 mensais contados da data da suspensão do seu cadastro (06 de outubro de 2020) **até o efetivo cumprimento da obrigação de fazer em restabelecer a sua conta,** o que lhe possibilitaria reingressar na sua prestação de serviços de transporte de passageiros pela plataforma da requerida, acrescidos de juros e correção monetária, nos termos da fundamentação supra que passa a integrar o presente pedido.

**(F) A TOTAL PROCEDÊNCIA DA AÇÃO, com confirmação da liminar para que a empresa requerida, ora, 99, seja compelida NA OBRIGAÇÃO DE FAZER DE RESTABELECER IMEDIATAMENTE O CADASTRO DO AUTOR, E POR CONSEQUÊNCIA, TOMAR TODAS AS MEDIDAS A FIM DE EFETIVAR O DIREITO DESTE DE RETORNAR A PRESTAR SERVIÇOS TRANSPORTANDO PESSOAS DE ACORDO COM AS DIRETRIZES DO APLICATIVO E COM A INCLUSÃO/MANUTENÇÃO DE TODAS AS AVALIAÇÕES E DEMAIS BENESSES EXISTENTES EM SEU CADASTRO NA DATA DO DESLIGAMENTO, sob pena diária de multa em caso de descumprimento, nos termos da fundamentação supra que passa a integrar o presente pedido.**



**(F)** a condenação da empresa requerida ao pagamento dos honorários advocatícios sucumbenciais, na proporção de **20% sobre o valor total da condenação.**

Por fim, os benefícios da Justiça Gratuita, **nos termos nos termos da lei 1.060/50**, sob o risco de obstaculizar o direito constitucional de acesso à justiça, uma vez que o autor não possui renda para eventualmente arcar com custas processuais e honorários advocatícios.

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, inclusive documental e testemunhal.

**Atribui-se à causa o valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).**

Nestes termos,

Pede deferimento.

**Teresina (PI), 17 de novembro de 2020.**

**VICTOR HUGO LEAL SILVA**

**ADVOGADO**

**OAB/PI 15.699**

---

VICTOR HUGO LEAL SILVA – ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA.  
OAB/PI Nº 15.699  
Rua Herculândia, 21, Vale Quem Tem/Planalto Uruguai, Teresina/PI.  
(86) 98893-8034/ Insta: @vhugoadv / E-mail: vhugolealadv@gmail.com

